

**FILOSOFIA NA ERA DA SUPERINFORMAÇÃO, OU:  
O QUE DEVEMOS IGNORAR PARA CONHECER O  
QUE REALMENTE IMPORTA**

*Vittorio Hösle  
Universität GH  
Essen, Alemanha*

Resumo: O presente artigo é a tradução do texto publicado pelo Professor VITTORIO HÖSLE, sob o título "Philosophy in an age of overinformation, or: what we ought to ignore in order to know what really matters" na revista *Aquinas* (Roma), n. 39 (1996): 307-320. O título do artigo informa perfeitamente sobre o seu conteúdo. A redação da *Síntese* agradece ao Professor VITTORIO HÖSLE a gentil permissão para traduzir e publicar esse texto que considera de grande oportunidade e está consciente do privilégio em acolher nas suas páginas a contribuição de um dos mais brilhantes representantes da jovem geração de filósofos alemães.

Palavras-chave: superinformação, epistemologia, filosofia, sociologia do conhecimento.

Abstract: This paper is the translation of a text published by Professor VITTORIO HÖSLE in the philosophy journal *Aquinas* (Rome), n. 39 (1996): 307-320, under the title "Philosophy in an age of overinformation, or: what we ought to ignore in order to know what really matters". The paper's title tells us perfectly well about its content. The editorial staff of *Síntese* is grateful to Professor VITTORIO HÖSLE for his kind permission to translate and publish this essay — which deals with very actual matters in the field of philosophy — and is aware of the great privilege of inscribing in its pages the contribution of one of the most brilliant thinkers of the new generation of German philosophers.

Key-words: overinformation, epistemology, philosophy, sociology of knowledge.

Uma das poucas coisas que todos nós ainda podemos saber com certeza é que as parcelas<sup>1</sup> de informação, com as quais somos confrontados, aumentam a cada dia que passa — mesmo que uma conseqüência imediata desta descoberta<sup>2</sup> seja que aquilo que podemos individualmente conhecer se torne uma porção cada vez mais reduzida daquilo que é conhecido pela cultura mundial contemporânea como um todo. Este extraordinário crescimento das informações se realiza em dois níveis distintos. Por um lado, um número cada vez maior de novos fatos são descobertos pelas ciências particulares. A inteligência matemática de ARQUIMEDES era inferior à de apenas uns poucos matemáticos de nossa época — se é que de fato era inferior a algum; mas se compararmos a quantidade de conhecimentos matemáticos dominados pela cultura grega com a possuída atualmente, a distância torna-se imensa. Mesmo um professor mediano de matemática em nossos dias conhece muito mais do que ARQUIMEDES, para não mencionar o somatório de conhecimentos de todos os professores atuais comparado aos conhecimentos de todos os matemáticos gregos. E uma vez que a história da matemática é também um tópico de interesse, não podemos nem mesmo afirmar que os conhecimentos contemporâneos tenham substituído os conhecimentos adquiridos no passado. Os antigos trabalhos de matemática continuam constituindo um tema de estudo, ainda que o interesse histórico pelo qual os abordamos seja de uma natureza diferente daquele interesse imediato e sistemático pelo qual buscamos aprender algo *de* e não *sobre* um autor. Como resultado, com a passagem do tempo, a quantidade de coisas a conhecer cresce automaticamente, ainda que isso não implique necessariamente num progresso substancial no conhecimento.

Por outro lado, também o mundo da vida (*Lebenswelt*) tem que se defrontar com uma torrente de informações desconhecida por todas as culturas antigas. Isto se deve em parte ao fato de que as novas descobertas realizadas pelas diferentes ciências sejam transmitidas — graças aos novos meios de comunicação, como livros, rádio e televisão — de uma forma bastante diluída para o público em geral. Formulações populares da ciência em todos os níveis concebíveis não constituem, contudo, o aspecto mais ameaçador da informação. A democracia moderna e a sociedade civil pressupõem a ideologia (seja ela verdadeira ou falsa) de que a maioria dos cidadãos esteja bem informada a respeito das principais decisões que os governos e outros núcleos de poder devem tomar. Deste modo, ouvimos, lemos ou, pelo menos, podemos ouvir e ler, várias vezes ao dia, a respeito de catástrofes próximas ou distantes, escândalos sexuais em que se en-

---

<sup>1</sup> *Bits* no original (NT)

<sup>2</sup> *Insight* no original (NT)

volvem atores, parlamentares e membros da família real, mudanças nas taxas cambiais, etc. A lógica dos meios de comunicação de massa, que se tornou um dos mais importantes núcleos de poder no mundo moderno, implica forçosamente na produção de uma quantidade cada vez maior de informação. Um exemplo, entre muitos outros, é particularmente esclarecedor. O tempo dedicado ao noticiário noturno é sempre o mesmo, muito embora seja pouco provável que ocorram diariamente o mesmo número de acontecimentos importantes. Consequentemente, em dias objetivamente vazios, notícias que seriam negligenciadas em outras ocasiões são transmitidas: a forma determina o conteúdo.

Mas as alterações políticas — por mais importantes que sejam — causadas pelo novo sistema de informação, não é o tema de minha palestra. Estou interessado, em primeiro lugar, no impacto que esse novo sistema de informação tem sobre a Filosofia (parte I). É, de fato, óbvio que a Filosofia Contemporânea difere profundamente do que a Filosofia foi no passado, e é fácil observar que uma das causas desta diferença — se não a causa central — é o novo ambiente de informações dentro do qual a Filosofia deve viver em nossos dias, e, no qual ela deve selecionar o material necessário para suas próprias construções. Mas, diagnosticar este fato não é suficiente. Se existe algo que permanece como esfera da Filosofia, irredutível à competência das ciências particulares, é o domínio normativo; conseqüentemente, propostas terapêuticas são necessárias após o diagnóstico. Não podemos nos limitar a compreender as transformações da Filosofia Moderna e as razões pelas quais ela se tornou o que é hoje; necessitamos também um conceito do que a Filosofia deveria ser e precisamos refletir sobre como ela poderia recuperar a sua essência na era da superinformação (parte II). A seguinte questão, em especial, deve ser respondida: que informações os filósofos devem selecionar em nossa época, a fim de realizar seriamente sua tarefa?

## I

A questão de saber se a Filosofia é ou não uma ciência é respondida de diferentes maneiras pelos filósofos, dependendo das conotações que o termo “ciência” possui nas diversas línguas. Uma vez que na língua inglesa a palavra “ciência” se refere principalmente às ciências naturais, a resposta seria negativa se alguém se defrontasse com essa questão em inglês; como o termo alemão “*Wissenschaft*” também inclui as “*Geisteswissenschaften*”, neste caso, usualmente, a resposta seria afirmativa. De qualquer modo, a Filosofia é uma ciência atípica: ela não tem como objeto — diferentemente das outras ciências — uma esfera limitada do ser. Mas, ninguém negaria que ela é uma

forma de conhecimento, e, um sistema epistêmico e como tal, ela pode ser analisada de acordo com dois diferentes modelos. Desta forma, o conceito de ciência e de conhecimento implicam em um modelo normativo — nem tudo que se denomina “conhecimento” é conhecimento. Existem alguns requisitos que devem ser preenchidos para se merecer tal designação. Justificar esses critérios é um dos grandes problemas da epistemologia. Mesmo o ceticismo antigo já tentava nos demonstrar a insolubilidade deste problema, argumentando que os critérios que deveriam justificar a racionalidade de uma prova deveriam ser eles mesmos provados, de tal modo que um círculo vicioso seria inevitável<sup>3</sup>. Não compartilho do pessimismo cético — mesmo que este não seja o momento adequado para desenvolver a crítica dos pressupostos implicados no argumento a respeito dos critérios<sup>4</sup>. Uma coisa, entretanto, é óbvia: se não há possibilidade de uma fundamentação não-circular dos critérios últimos para o conhecimento e para a ciência, existe uma tentação quase irresistível de aceitar, como critérios legítimos, o que é considerado como tal pela prática comum da ciência ou de um sistema epistêmico. O famoso argumento de WITTGENSTEIN contra a possibilidade de uma linguagem privada é baseado numa desconfiança acerca da possibilidade de uma resposta racional à questão sobre o que significa seguir uma regra<sup>5</sup>. Tal resposta é ainda epistemológica, embora cética.

Modifica-se, entretanto, nosso interesse intelectual se renunciamos à questão normativa e tentamos analisar, sem quaisquer pretensões normativas, o sistema social denominado ciência em relação a outros sistemas sociais. Isso é o que a Sociologia do Conhecimento está fazendo, e não constitui surpresa alguma que o triunfo desta disciplina ocorra no século 20, quando o ceticismo a respeito da questão epistemológica torna-se predominante. É óbvio, contudo, que Epistemologia e Sociologia do Conhecimento são disciplinas bastante independentes. Isso é verdadeiro pelo menos no que diz respeito à suposta dependência da Epistemologia em relação à Sociologia do conhecimento. Qualquer um que rejeite a falácia naturalista e aceite a impossibilidade de deduzir proposições normativas a partir de proposições descritivas, deverá reconhecer que a demonstração de interesses sociais subjacentes a um sistema epistêmico não contribui em nada para a sua verificação ou falsificação, e, de modo geral, nem para a sua validação. A relação inversa, por outro lado, é mais com-

<sup>3</sup> Basta ler DIÓGENES LAÉRCIO e SEXTO EMPÍRICO a respeito das cinco aporias de Agripa, bem como o segundo livro de SEXTO sobre as *Pyrrhoneioi hypotyposesis* e os primeiros dois livros de *Adversus dogmaticos*.

<sup>4</sup> Cf. V. HÖSLE, *Foundational Issues of Objective Idealism*, in: “Graduate Faculty Philosophy Journal” 17 (1994), 245-287.

<sup>5</sup> Cf. S.A. KRIPKE, *Wittgenstein on Rules and Private Language*, Cambridge, Mass, 1982.

plexa. Na medida em que a Sociologia da Ciência assume pretensões científicas, torna-se sujeita à análise e crítica epistemológicas.

Do que foi dito acima segue-se que também a Filosofia pode ser analisada de uma forma dupla. Por um lado, há uma análise epistemológica da Filosofia — que, entretanto, é bastante diferente daquela que ocorre em outras disciplinas, uma vez que a Epistemologia é uma parte — se não a parte central — da Filosofia. Enquanto a metateoria da Química não é Química, mas sim Filosofia, a metateoria da Filosofia é, e permanece sendo, Filosofia — o que mais poderia ser a assim chamada Metafilosofia, senão a essência da Filosofia, pelo menos se entendemos a Metafilosofia como uma disciplina epistemológica? A situação muda se compreendemos a Metafilosofia como parte da Sociologia do Conhecimento que trata da Filosofia — e esta é certamente uma abordagem alternativa à Filosofia. Na realidade, podemos compreender o termo “filosofia” como referindo-se a duas entidades distintas. Por um lado, a filosofia é um empreendimento epistêmico que deve satisfazer certos critérios normativos; por outro lado, a Filosofia é uma parte de nosso sistema social que possui a pretensão de lidar com a Filosofia no primeiro sentido, e é reconhecida como tal por um número significativo de pessoas. Naturalmente, as duas entidades estão conectadas; o sistema social chamado “Filosofia” destruiria a si mesmo se renunciasse à pretensão de estar vinculado à Filosofia no sentido normativo — e tal pretensão é raras vezes algo completamente ilusório. Mas, a despeito de quaisquer conexões, elas são duas coisas diferentes; não é uma verdade nem empírica ou analítica que o subsistema social seja realmente Filosofia no primeiro sentido. Um professor de Filosofia bem remunerado pode ter pouco a ver com Filosofia, no sentido estrito do termo; e uma Filosofia substancial pode ser realizada por pessoas que não pertencem ao subsistema denominado “Filosofia”<sup>6</sup>.

Feito este esclarecimento posso retomar o tema de minha palestra. O esclarecimento foi necessário porque a minha tese sobre as leis determinando a seleção de informações no subsistema social está parcialmente em contradição com as necessidades da Filosofia no sentido normativo. Antes de explicar o conceito normativo de Filosofia, permitam-me indicar vários traços do modo moderno de praticar a Filosofia e a Ciência. Em primeiro lugar, atividades pertencentes ao sistema epistêmico são baseadas em remuneração. Isso parece óbvio, mas não é. Grandes filósofos e cientistas do passado, de PLATÃO a DESCARTES e SCHOPENHAUER, eram em geral ricos e consideravam sua

---

<sup>6</sup> B. GAFRATH mostrou recentemente as dificuldades que “outsiders” brilhantes têm no subsistema chamado “Filosofia”, em seu admirável livro: *Ketzer, Dilettanten und Genies. Grenzgänger der Philosophie*, Hamburg 1993.

pesquisa como algo que eles deviam a si mesmos e a mais ninguém. Razões importantes para o colapso da condição social anterior são: a crença universal que a riqueza adquirida é mais moral do que a riqueza herdada, o aumento das necessidades do homem moderno — que não gosta de viver a vida muitas vezes ascética dos grandes filósofos do passado — e, finalmente, o número crescente de pessoas ativas no setor epistêmico que não podem viver apenas de riqueza herdada. No início da modernidade, o Estado entendia que era de seu interesse financiar universidades e institutos de pesquisa (particularmente nas ciências naturais). Com o desenvolvimento da pesquisa em Filosofia e em Ciências Humanas, financiada pelo Estado, a tradição de financiamento particular desapareceu gradualmente — pelo menos na Europa continental ou se tornou fortemente interconectada com o sistema universitário através do processo de revisão; uma aristocracia com bom gosto intelectual não existe mais, e empresários preferem financiar mais os esportes do que a Filosofia. Assim, uma vida respeitável como filósofo depende cada vez mais de uma carreira universitária. Além disso, as publicações filosóficas sempre pressupõem recursos financeiros; e o acesso a tais meios de publicação — periódicos, séries editoriais, etc — é controlado principalmente por professores que ensinam nas universidades. Mesmo que alguém consiga publicar um *bestseller* filosófico no “mercado livre” — isto é, fora do *establishment* acadêmico — isto dificilmente será visto como boa Filosofia, devido ao forte preconceito que considera a universidade como o centro da vida intelectual. Tal preconceito não existia no século 17, quando praticamente nenhum filósofo importante estava integrado à universidade; e é provável que isso entre de novo em colapso no próximo século. Atualmente, já é unanimemente aceito que nem todo professor de Filosofia é um filósofo no sentido normativo da palavra; rapidamente o inverso será reconhecido — mas não ainda. Quais os perigos dessa nova situação sócio-econômica? O alto grau de autonomia intelectual que caracterizou muitos filósofos do passado diminuiu nos tempos modernos com a crescente interdependência dos membros da sociedade civil e com as tendências igualitárias da democracia de massa. Cada vez menos professores de Filosofia ousam expressar suas idéias sem antes tentar descobrir o que os seus colegas pensam. Hoje, a atenção dedicada à sensibilidade dos colegas é muito maior do que no passado; a cada congresso de Filosofia, trocam-se muito mais informações — com sincero interesse — quando vêm à baila questões de ordem pessoal do que durante a discussão de temas relevantes da Filosofia.

Isto se relaciona em parte com um segundo aspecto importante da Sociologia dos modernos sistemas epistêmicos; o número de pessoas que trabalham neles tem aumentado de maneira dramática e, conseqüentemente, a quantidade de informações relativas aos colegas. A

—

revolução industrial tornou os indivíduos cada vez mais livres do trabalho físico. Alguns deles eram pessoas de real talento e que no passado não teriam nenhuma chance de iniciar uma carreira acadêmica. Mas nem todos. A expansão das universidades na Alemanha durante os anos sessenta, por exemplo, teve que absorver um grande número de pessoas não qualificadas, que agora estão ativas e tomam parte nas decisões para a cooptação do sistema, causando um contínuo declínio no nível intelectual — uma vez que é uma lei natural da psicologia humana que a mediocridade tem medo de tudo aquilo que é melhor do que ela. Qualquer um que se candidate a um cargo deve contar com eles; e isso significa: ele ou ela devem apresentar — ou pelo menos citar — seus trabalhos. Uma grande parte da atividade dos professores modernos consiste em ler e rever trabalhos de colegas que nem sempre são instigantes, e isso devido também à máxima “*publish or perish*” da academia contemporânea, e ao número exagerado de conferências que também os força a escrever ainda que não tenham nada importante a dizer. O número de estudantes é também um outro fator que determina, de modo significativo, o ambiente informativo do moderno professor de Filosofia, para não mencionar a burocratização das universidades e a expansão do poder da administração. Finalmente, desde que os critérios de sucesso são o número de pessoas trabalhando no próprio instituto, assim como a quantidade de dinheiro que se obtém para projetos de pesquisa, o número de trabalhos escritos aumenta.

Quando finalmente alguém alcança, devido a uma boa posição, uma certa autonomia pessoal e aprende a lidar com o fluxo de informações relacionado aos estudantes e à administração, os livros e artigos contemporâneos que ele lê são caracterizados por um traço peculiar — tratam geralmente de temas bastante especializados. Especialização é certamente o destino das ciências no mundo moderno. Por quê? Uma razão importante para o processo de especialização é o aumento quantitativo acima mencionado: isso torna possível que estudiosos dediquem sua energia a temáticas relativamente menores, que em épocas passadas — nas quais assuntos mais gerais eram estudados em primeiro lugar pela comunidade científica — eram negligenciados. Mas a especialização não é apenas uma possibilidade, mas sim uma consequência necessária das condições sociais da academia. Enquanto o sistema acadêmico exigir “originalidade” (o que quer que isso seja) ainda no início da carreira, um jovem filósofo irá preferir escrever um ensaio sobre uma questão muito menor e marginal do que continuar a estudar os princípios de diferentes esferas da Filosofia, a fim de atingir, talvez, com o passar dos anos, uma síntese realmente original em um nível mais elevado de abstração e de significação. Projetos a longo prazo não são freqüentes em nossa época, e a paciência é uma virtude que tem se tornado rara. O processo de

especialização ocorre tanto na Filosofia como em outras ciências. Conseqüentemente existem cada vez menos cientistas capazes de ensinar ao filósofo os princípios de sua própria ciência. A clareza que os grandes físicos da primeira metade deste século tinham com relação à abrangência, aos objetivos e aos fundamentos de seus próprios empreendimentos, é algo que foi perdido pelos seus sucessores. Se alguém deseja refletir filosoficamente sobre os princípios do mundo social, deverá retornar a livros tais como o *Gemeinschaft und Gesellschaft* de TÖNNIES, ou ao *Wirtschaft und Gesellschaft* de WEBER, para encontrar uma análise mais precisa das categorias fundamentais da Sociologia. São escassas as tentativas mais recentes de oferecer uma visão global que focalize aspectos essenciais de sua própria disciplina. O estudo de uma outra disciplina além da Filosofia raramente ajuda a desenvolver um sentido de princípios — pelo menos no que diz respeito ao modo como essas disciplinas são ensinadas hoje.

Escolhi intencionalmente um exemplo das ciências sociais. Isso porque as ciências sociais tornaram-se uma das mais poderosas rivais da Filosofia, e, muitas vezes, se apresentam com a pretensão de substituí-la completamente. Minhas afirmativas até este momento da palestra têm sido mais sociológicas do que filosóficas, e, no início, reconheci de fato a complementaridade entre as abordagens sociológicas e epistemológicas, aos sistemas epistêmicos. Atualmente, esta complementaridade está cada vez mais dando lugar à predominância do ponto de vista sociológico. Por um lado, isso é surpreendente, uma vez que os argumentos que favorecem a análise epistemológica são fortes. Por outro lado, o triunfo do método empírico das ciências naturais tem sugerido que apenas as proposições descritivas são válidas, e um número crescente de filósofos tenta competir com as ciências empíricas através da renúncia a qualquer pretensão normativa. Tem se tentado imitar as ciências sociais — e, algumas vezes, as ciências naturais — de um modo que não é útil nem à Filosofia nem às ciências empíricas. Uma parte considerável da literatura filosófica atual trata do declarado fim da Filosofia, e muitos filósofos teriam escolhido tornar-se alguma outra coisa, se como estudantes pudessem prever o ceticismo ao qual chegariam um dia.

Um outro tipo de fuga para a objetividade é o estudo da História da Filosofia, às expensas da própria Filosofia. Isso também se tornou um empreendimento altamente especializado; existem cada vez menos pessoas que conhecem a totalidade da História da Filosofia em um grau suficiente para responder a perguntas tais como — quais são as tendências do desenvolvimento, se há ou não progresso em direção a certas descobertas, etc. E existem ainda menos pessoas que são, ao mesmo tempo, inovadoras filosoficamente e suficientemente familiares com a História da Filosofia. A divisão entre Filosofia Analítica e

Hermenêutica é em grande parte provocada pela emancipação ocorrida entre a Filosofia e a História da Filosofia, uma em relação à outra.

## II

É provável que se admita que a descrição que fiz do ambiente informativo com o qual o filósofo deve lidar seja razoável. Mas porque deveríamos nos lamentar desta situação? Uma vez que sugeri anteriormente que o estado atual do subsistema social da Filosofia coloca em perigo o seu conceito normativo, devo explicar o que é a Filosofia no sentido normativo do termo. Como ela se relaciona com as outras ciências?<sup>7</sup> O primeiro traço que pertence à Filosofia — em um sentido que vai além do sentido social — é a sua universalidade. A Filosofia não trata de um ramo particular das coisas — como, por exemplo, a Química ou a História da Arte. O objetivo da Filosofia é buscar o todo. Pelo menos do seu início até o Idealismo Alemão, esta tem sido uma das propriedades essenciais da Filosofia reconhecida pela maior parte dos filósofos. Mesmo que se considere esta propriedade como possível apenas em uma época em que ainda não havia ocorrido uma diferenciação das ciências, deve-se pelo menos concordar que este é um traço característico da compreensão filosófica que possui importantes conseqüências para todas as outras ciências. Se, por exemplo, os argumentos de WITTGENSTEIN a respeito da linguagem privada fossem verdadeiros, nossa compreensão da ciência se modificaria — seja ela matemática, física ou história. Não existiu nenhum grande filósofo que não tenha proporcionado impulsos às diferentes ciências. Isso depende de uma segunda propriedade importante da Filosofia: ela trata dos princípios das ciências. Esta é, em parte, uma conseqüência da incapacidade da Filosofia de estudar todos os assuntos conhecíveis, de sua necessária auto-limitação. Mais importante, contudo, é a incapacidade das ciências de se analisarem a si próprias. De fato, cada demonstração da ciência pressupõe axiomas dos quais os teoremas podem ser deduzidos, de acordo com certas regras de demonstração; mas os axiomas e as regras não são justificados no interior da própria ciência — são apenas pressupostos sem qualquer reflexão. A reflexão sobre estes pressupostos é peculiar à Filosofia — sobre as regras da Lógica e sobre os princípios materiais das disciplinas particulares da Filosofia (por exemplo, sobre o conceito de matéria na Filosofia da Natureza). Aqui, entretanto, surge uma problemática que dá origem à terceira propriedade da Filosofia. De onde provêm os princípios da Filosofia? Já fiz alusão a este aspecto ao falar de Epistemologia; e, na verdade, me parece que apenas aquela Epistemologia que se justifica

<sup>7</sup> Fui influenciado, na análise seguinte, pelo livro de Fichte, *Über den Begriff der Wissenschaftslehre*.

a si mesma e às suas proposições pode ser aceita. Reflexividade é, portanto, uma propriedade central do sistema epistêmico da Filosofia — e a proibição de reflexividade, que faz sentido em algumas ciências particulares, destrói a própria essência da Filosofia (seria redundante mencionar que a reflexividade sobre os fundamentos deve ser diferenciada daquela circularidade que é tão típica do subsistema social contemporâneo). Em quarto lugar, a Filosofia é — pelo menos em grande parte — uma disciplina normativa e não descritiva. O seu domínio é a *quaestio iuris*, e não a *quaestio facti*; de modo que a Epistemologia e a Ética serão sempre partes da Filosofia, e nunca serão reduzidas à Sociologia do Conhecimento ou dos Costumes. Ou, pelo menos, devemos dizer: o ato desta redução será sempre um ato filosófico; um resultado cético com relação ao problema da justificação poderia justificar a redução, mas tal resultado e tal justificação permanecerão sendo uma operação epistemológica (muito provavelmente auto-derrotista). Não pretendo afirmar que qualquer ramo da Filosofia seja normativo — a Filosofia da Natureza certamente não o é —; mas onde quer que surjam questões normativas podemos estar certos de que estamos debatendo uma questão filosófica. Das propriedades da Filosofia acima mencionadas, segue-se uma quinta propriedade com relação à sua história — ela não é linear. Isso porque o progresso linear pode existir apenas no interior de um paradigma, e somente quando certos pressupostos são aceitos. A Filosofia, entretanto, como uma reflexão a respeito dos pressupostos de todo conhecimento, está em permanente crise paradigmática, de tal modo que a Filosofia não pode conhecer um progresso no mesmo grau, por exemplo, que a Física<sup>8</sup>. Em sexto lugar, a Filosofia pressupõe, mais do que as outras ciências, uma qualidade pessoal raramente encontrada: a coragem, isto é, uma disposição para questionar, sem temor de sanções sociais, as convicções da própria época e do próprio grupo de colegas.

É claro que um sistema epistêmico com tais características não é estimulado pelas condições sociais acima analisadas, as quais estão em gritante contradição com o destino da Filosofia. Isso é particularmente evidente com relação à primeira característica da Filosofia, a busca da totalidade. Filósofos gregos tais como PLATÃO e ARISTÓTELES podiam ainda possuir todo o conhecimento de sua época e, mesmo assim, serem criativos em diferentes disciplinas — PLATÃO na Matemática e ARISTÓTELES na Biologia. Sem qualquer hesitação, ARISTÓTELES escreve que um homem sábio deveria conhecer tudo; e ainda que ele acrescente “na medida do possível, embora não tenha ciência de cada uma delas em particular”<sup>9</sup>, a sua sentença soa quase ridícula para

<sup>8</sup> Ver minha análise da lógica da História da Filosofia em: *Wahrheit und (Geschichte)* Stuttgart-Bad Cannstatt, 1984.

<sup>9</sup> *Metafisica* A 2, 982a 8ff.

uma época como a nossa. O último filósofo do qual se poderia afirmar que contribuiu para quase todas as ciências foi LEIBNIZ; o último pensador que pelo menos entendeu os resultados essenciais de várias disciplinas de seu tempo foi HEGEL. Depois dele, ninguém tem sido capaz de apreender nem mesmo o básico de todas as disciplinas existentes. Isso poderia implicar que deveríamos rejeitar a Filosofia e deixar que a sua herança fosse perseguida pelas ciências naturais e sociais. Uma grande quantidade de sistemas epistêmicos foi abandonado na história da humanidade — e porque a Filosofia não deveria finalmente ser abandonada? A resposta a esta questão é que a Filosofia, é sem dúvida alguma, um pressuposto inevitável na busca do conhecimento. Na verdade, a crise na Filosofia tem conseqüências importantes no próprio conceito de conhecimento. Isso porque a crença antiga no valor intrínseco de toda unidade de conhecimento estava enraizada na convicção de que o conhecimento convergiria para um quadro unitário de um mundo unitário. A idéia tradicional de conhecimento culminava, portanto, em um conceito da Filosofia como aquela disciplina que garantiria a unidade do conhecimento. Faz sentido acreditar que uma razão para a falta de entusiasmo com o qual o conhecimento científico é adquirido em nossos dias é o colapso da Filosofia como último ponto de referência, que sozinho poderia dar ao conhecimento o *glamour* de um empreendimento não apenas útil, mas enobrecido por um valor intrínseco. As ciências, filhas da Filosofia, parecem tê-la superado, tanto por sua emancipação, como pelo desenvolvimento de um modo de conhecimento alternativo bastante atraente. Mas sua vitória<sup>10</sup> será demasiado penosa, do ponto de vista dos prejuízos: pela negação da Filosofia, elas estarão serrando o tronco em que estão assentadas.

Se é verdade que o conhecimento deva permanecer, não há alternativa para o subsistema denominado Filosofia; e existem bons argumentos filosóficos para que o conhecimento seja um imperativo categórico — uma vez que qualquer argumento contra ele pressupõe o valor intrínseco do conhecimento que se tenta negar. Deve-se, portanto, revitalizar o conceito normativo de Filosofia. Mas como? É ilusória a tentativa de unificar em uma pessoa o conhecimento de todas as ciências. É contudo, ainda possível, embora extremamente difícil, estudar os princípios e métodos de diferentes ciências. Como disse PLATÃO, a respeito do dialético<sup>11</sup>, um filósofo deveria ser capaz de desenvolver uma sinopse dos diferentes campos. Filósofos devem sair de suas próprias torres de marfim e buscar uma interlocução

<sup>10</sup> *But their victory will be a Pyrrhic one*, no original — o que, por via metafórica, quer dizer: tal como as vitórias de Pirro, rei de Epiro, sobre os romanos, em 280 e 279 a.C., que resultaram em muitas perdas (NT).

<sup>11</sup> *República* 537c7.

com as diferentes ciências. Pode-se até mesmo acreditar que faz pouco sentido estudar apenas Filosofia; deve-se alcançar questões filosóficas através da análise dos problemas intrínsecos às ciências singulares. Obviamente, o filósofo necessita de uma troca intelectual com aqueles cientistas que são capazes de explicitar as características essenciais de seus empreendimentos epistêmicos, e que estão mais interessados em questões que possuem mais universalidade do que suas próprias descobertas. Ao invés de correr atrás dos últimos números das revistas acadêmicas, o filósofo deveria dedicar mais energia ao estudo de teorias gerais bem fundamentadas. Compreender a teoria da relatividade é muito mais importante para um epistemólogo do que estudar as tentativas ainda frágeis de formular uma teoria das partículas elementares. Uma vez que as teorias mais antigas são mais facilmente apreensíveis, ao mesmo tempo que podem ensinar — de modo melhor que as teorias mais recentes — certas características dos métodos praticados pela ciência, é aconselhável estudar os clássicos da ciência. O estudo de EUCLIDES pode não substituir o de HILBERT, mas ainda é uma boa introdução à Filosofia da Matemática.

Familiaridade com os métodos e os resultados de diferentes ciências pode ser uma condição necessária, mas certamente não suficiente, para uma boa Filosofia. Isso porque a Filosofia é, ao mesmo tempo, menos e bem mais do que a soma das outras ciências — ela possui seus próprios métodos e questões. A Lógica, como uma disciplina a respeito de como devemos pensar, é de importância fundamental para o estudo da Filosofia. Insistiria, entretanto, que a Lógica deve ser concebida em um sentido mais amplo do que é geralmente feito. Não apenas a Lógica Formal, mas também o que desde KANT se denominou Lógica Transcendental, pertence à Lógica no sentido pleno da palavra. Aquilo que constitui os argumentos transcendentais em suas diferentes variantes é um tópico central da Filosofia, e o estudo deste campo é uma tarefa primária para aqueles interessados na autonomia da Filosofia e em sua irredutibilidade às outras ciências. Argumentos transcendentais podem ajudar a apreender a esfera normativa; eles são importantes tanto para a Filosofia Prática como Teórica. Em Matemática, não é suficiente aprender uma fórmula — deve-se aplicá-la a fim de internalizá-la. Analogamente, em Filosofia, o treinamento em argumentos transcendentais é o que realmente importa.

Mas, além da Lógica e de um conhecimento rudimentar das ciências, o filósofo necessita contemplar a estrutura dos fenômenos. Não se pode estudar apenas livros escritos; o livro do mundo deve ser a autoridade última. Ninguém pode se tornar um filósofo sem passar por experiências pessoais profundas e geralmente dolorosas. Certas verdades precisam ser vividas a fim de que a inteligência argumentativa esteja motivada a justificá-las. O olhar fenomenológico é, em geral, aprendido no estudo de uma grande obra de arte; e, desse

modo, a arte é uma poderosa fonte de inspiração para a Filosofia. Outra coisa que a filosofia pode aprender da arte é o senso de prioridade do todo sobre as partes. A partir dos gregos os trabalhos de arte têm sido, com razão, comparados com organismos; em um bom trabalho de arte, é a idéia do todo que determina a estrutura das partes singulares. O mesmo é verdade para o trabalho filosófico mais complexo, o sistema. Cada sistema é baseado em uma intuição originária da totalidade, que é então articulada passo a passo. Por outro lado, é um sinal de um filosofar débil quando os argumentos são desenvolvidos sem qualquer consciência do seu lugar na totalidade do conhecimento e de seu significado em outros ramos da Filosofia. A situação é ainda pior quando as opiniões de um filósofo não são compatíveis entre si — quando, por exemplo, suas opiniões éticas estão em contradição com seus pressupostos ontológicos. A melhor Filosofia possível será sempre simples e rica — ela explicará muitos fenômenos, ao mesmo tempo que estará baseada na admissão de uns poucos princípios simples e razoáveis. Se, entretanto, alguém tivesse que escolher entre duas filosofias, uma que é fenomenologicamente rica e auto-contraditória, e a outra pobre e coerente, a segunda deve ser preferida.

Devido à natureza peculiar da Filosofia, não há em sua história, como já fizemos notar, um progresso linear. Textos passados possuem, conseqüentemente, uma importância que não é igualada pelo significado dos clássicos nas outras ciências. Um físico moderno não terá muito a aprender da *Física* de Aristóteles, um filósofo da teleologia da natureza. Deste modo, uma grande quantidade de energia deve ser dedicada à leitura dos principais trabalhos dos grandes pensadores, possivelmente de diferentes culturas. Ter afirmado isso, contra a tendência ao esquecimento do passado na Filosofia Analítica, é um dos grandes méritos da Filosofia Hermenêutica<sup>12</sup>. Mas o estudo dos grandes clássicos — se é que queremos aprender *deles*, e não apenas *sobre* eles — só poderá conduzir a uma Filosofia substancial se for realizado com uma preocupação básica com a validade dos argumentos e com a coerência dos sistemas filosóficos. O interesse meramente histórico com o qual os clássicos são estudados pela maioria dos historiadores de Filosofia não inspira a Filosofia sistemática, e estudantes são mal orientados se eles se vêem obrigados a ler textos que ainda não sentem que possam prover respostas para as suas próprias questões sistemáticas. Por exemplo: deve-se ler SEXTO EMPÍRICO não apenas para aprender algo a respeito da Filosofia Helenística, mas para aprender estratégias argumentativas e problemas lógicos presentes em toda teoria cética. Desde que o estudo da história da Filosofia pode revelar que a quantidade de sistemas possíveis é bastante limitada, é certamente

<sup>12</sup> Ver o trabalho clássico de GADAMER, *Wahrheit und Methode*, Tübingen 1960.

não apenas impossível, mas supérfluo, estudar todos os clássicos. É razoável, contudo, estudar representantes de diferentes tipos de Filosofia. Em uma época em que a Filosofia possui cada vez mais a tarefa de criar um terreno comum no qual as diferentes culturas possam se comunicar, é além disso aconselhável, mais do que o foi no passado, se dedicar ao estudo de filosofias extra-européias.

Mas será que o conhecimento que os bons filósofos deveriam alcançar pode ser realmente dominado? Não; mas isso não quer dizer que esta pretensão não seja uma boa idéia regulativa. Podemos nos aproximar disso apenas se ignorarmos a maior parte de outras informações que buscam capturar nossa atenção. As montanhas de literatura secundária na História da Filosofia devem ser negligenciadas; apenas aqueles trabalhos que lancem alguma luz real sobre os clássicos podem ser lidos com boa consciência. Com relação aos modernos livros sistemáticos que ainda não passaram pelo teste do tempo, deve-se procurar desenvolver uma espécie de intuição para ser capaz de sentir — após ler algumas páginas de um livro — se vale a pena prosseguir. O nível de abstração que ele mantém, a literatura citada, o estilo, a densidade de informação, a estrutura do todo que se faz visível no sumário: tudo isso são parâmetros relevantes. Tal intuição, entretanto, é sempre falível; e desde que é impossível ter todas as recentes publicações filosóficas em mãos, trabalhos geniais podem escapar à nossa atenção. Mas o risco de não ler um bom livro é muito menor do que o de perder tempo lendo vários volumes dos quais não se pode aprender nada relevante. A categoria da utilidade marginal é essencial para a economia dos materiais, como também o é para os bens intelectuais. Após se ter escrito um trabalho bastante compreensivo sobre WITTGENSTEIN, por exemplo, há uma utilidade marginal reduzida em ler cada novo ensaio que se possa publicar sobre ele; e qualquer um que tenha uma visão global da Filosofia, irá buscar outros temas e recusar convites para conferências de autores que ele conhece suficientemente bem. Estas três máximas não criarão apenas amigos na academia; e essa é uma vantagem ulterior delas. Limitar os contatos acadêmicos a um certo número de pessoas das quais pode-se realmente aprender algo é muito recomendável. Isso não apenas porque contatos tomam tempo: o hábito da solidão é uma condição necessária para o pensamento criativo. Só podemos ficar livres de preconceitos se não os ouvimos todos os dias. O uso de órgãos que consistem em grande parte na repetição de lugares-comuns, como jornais, etc, devem ser radicalmente limitados a fim de se manter a mente aberta. Ascetismo tem sido corretamente considerado por muitos filósofos no passado como uma pré-condição necessária à Filosofia. Nossa época consumista envenenou todas as tradições ascéticas — com as conhecidas conseqüências para o meio-ambiente, para as relações entre países desenvolvidos e em desenvolvi-

mento, etc., — de tal modo que não é difícil constatar que, sem um renascimento dos valores ascéticos, os problemas citados não serão resolvidos. O tipo de ascetismo com o qual estou hoje preocupado, em nome da Filosofia, se denominaria: ascetismo informativo. Apenas a coragem de ignorar o que é irrelevante poderá nos conceder tempo e concentração para estudar aquilo que é essencial para uma boa filosofia.

*Tradução de Eduardo Dias Gontijo, FAFICH-UFMG*

Endereço do Autor:  
Universität — Gesamthochschule  
Fachbereich 1 — Philosophie  
Universitätsstrasse 12  
Essen, Alemanha